

Áreas naturais e o desenvolvimento local integrado: uma análise da importância do envolvimento comunitário para aquisição dos benefícios do turismo e a sensibilização para a conservação ambiental

*Fabiana Britto de Azevedo Maia¹
Josilene Henriques da Silva*

Resumo: As áreas naturais, protegidas legalmente ou não, têm sido cada vez mais utilizadas para a prática do turismo. Nessa relação, uma preocupação constante dos estudiosos da área se refere a participação das comunidades do entorno no acompanhamento dessas atividades e na cooperação para à conservação e integração dessas áreas no desenvolvimento regional. Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa foi analisar quais os benefícios gerados pelo envolvimento dos moradores nos planos de gerenciamento de áreas naturais, especificamente no Aparauá Eco Aventura. Partiu-se do pressuposto que esta prática pode ser uma oportunidade para sensibilização ambiental, além de consistir em um importante fator de desenvolvimento local. Assim, procurou-se analisar, a partir de um estudo de caso, a relação entre as atividades desenvolvidas pelo Aparauá Eco Aventura e a comunidades do entorno. Constatou-se que a ‘liberdade de atuação’ por se tratar de uma propriedade privada não integrante do SNUC, não afasta a necessidade de integração com a comunidade; e que a conservação dos recursos naturais por ela é um reflexo dessa relação, ainda pouco adotada na maioria das unidades de conservação deste país.

Palavras-chave: Ecoturismo, Comunidade, Conservação ambiental, Desenvolvimento local.

Introdução

O turismo, como atividade sócio-econômica, é responsável por uma série de danos e benefícios causados nas localidades receptoras. Na busca por mensurar seus impactos, evidências apontam que esse enfoque deve ser direcionado ao modo como a atividade é exercida. Nesse sentido ganhou destaque o termo ‘turismo sustentável’, vinculado ao uso responsável dos recursos turísticos.

Diante do conceito de sustentabilidade e no âmbito do turismo relacionado com a natureza, o ecoturismo ganha espaço cada vez maior e está relacionado mais diretamente à fuga do modo de vida dos grandes centros urbanos. O estresse do dia a dia e a vontade de

¹ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: fabamaia@yahoo.com.br

estar em contato com a natureza podem ser os principais motivos da extensão desse segmento. Dessa forma, apesar da urgência na proteção das áreas naturais, estas passaram a ser valorizadas especialmente a partir do seu uso turístico.

No Brasil, a preocupação com o estabelecimento de áreas naturais protegidas data do ano de 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, RJ. Entretanto a sistematização desse procedimento só veio ocorrer no ano de 2000 com a promulgação da Lei nº. 9.985 (regulamentada pelo Decreto nº. 4.340/ 2002), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

O objetivo do SNUC, além da conservação das áreas naturais e da biodiversidade, é fazer com que essas unidades se relacionem com o seu entorno de modo que possam ser um meio de integração e desenvolvimento sustentável. Para tanto foram estabelecidas as categorias de manejo, cada qual com objetivos específicos, a exemplo dos Parques Nacionais – PARNAs, que visa à proteção integral dos recursos naturais; das áreas de proteção ambiental – APAs, que buscam o uso sustentável de seus recursos; e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs, unidades de uso sustentável estabelecidas em áreas privadas.

Embora não pertença a nenhuma das categorias do SNUC, o Aparauá Eco Aventura, objeto de pesquisa desse estudo, trata-se de uma área natural, remanescente de mata atlântica que utiliza o ecoturismo como alternativa viável para a conservação do lugar. O diferencial desse espaço é a maneira como se procura envolver a comunidade com relação aos benefícios do turismo, e sensibilizá-la quanto à importância da conservação do lugar.

Embora esses aspectos façam parte dos princípios do SNUC, muitas vezes não são estabelecidos a contento nessas unidades legalmente protegidas. Um dos motivos desse problema é justamente a existência de conflitos entre a comunidade local ou do entorno, especialmente devido a restrições no uso da terra e, em alguns casos, à iminência das desapropriações.

Desse modo, considerando a importância da análise acima, o objetivo do presente trabalho foi avaliar a importância do envolvimento da comunidade local ou do entorno para a conservação de uma área natural, independente de sua proteção legal. Nesse sentido, o problema da pesquisa questiona se ‘é possível vislumbrar o ecoturismo como uma forma de envolver a comunidade local ou do entorno em prol da conservação de uma área ambiental?’. Acredita-se que os benefícios, diretos e indiretos, advindos da atividade turística fazem com

que a população do entorno enxergue a importância de conservar o lugar como forma de continuar a receber os incentivos.

Os benefícios dessa relação já foram apontados por outros estudos em unidades de conservação, a exemplo da pesquisa realizada pelo FUNBIO (SOARES, 2002). No entanto, na maioria dos casos há um terceiro elemento no processo de sensibilização e envolvimento: a atuação das organizações não-governamentais – ONGs. Com isso, pode-se inferir que parte dos gestores desses espaços ainda apresenta dificuldades quanto à resolução de conflitos com a comunidade.

Cabe, portanto, a este artigo, ressaltar o ecoturismo, como a expressão de um tipo de turismo que vem sendo assim denominado para esclarecer a possibilidade de relacionar o envolvimento das comunidades e a conservação do ambiente natural. Dessa forma, procura-se apresentar o que vem a ser o ecoturismo desenvolvido pelo Aparauá, bem como discutir as formas de gestão mais participativas executadas por este empreendimento, o qual se apresenta com um estudo de caso. Finalmente, destaca-se a necessidade da participação efetiva das comunidades locais para gerar o desenvolvimento local e regional.

Quanto aos procedimentos metodológicos, tem-se como base uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, utilizando-se da técnica de estudo de caso. A coleta de informações se deu em duas fases: a primeira corresponde ao levantamento de referências bibliográficas sobre o tema; e a segunda foi realizada através de entrevista e conversas informais com as proprietárias do empreendimento. Dessas entrevistas foram extraídas informações relevantes para se descrever como o Aparauá vem desenvolvendo o local através do envolvimento da comunidade juntamente com a conservação de uma área natural, se utilizando da atividade turística.

Acredita-se que a relevância do trabalho reside na discussão sobre como envolver a população local ou do entorno, tanto em relação aos benefícios gerados, quanto à sensibilização ambiental. Atividades ainda pouco executadas por gestores públicos das unidades de conservação.

Esclarecimento conceitual do ecoturismo

A importância dada aos espaços naturais para a realização de alguns tipos de turismo, não deve representar apenas a apropriação destes espaços pelo turismo, mas sim uma maior

conscientização da proteção desses ambientes. Como afirma Ruschmann (2002, p. 27) ‘se pelo lado da demanda, a motivação contato com a natureza se torna cada vez mais intensa, a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial importante’.

Essas práticas de turismo associadas ao contato com a natureza recebem diversas denominações, dentre as quais se destaca o ecoturismo, trazendo em seu contexto atividades ligadas a prática de esportes, a observação e interpretação dos ambientes naturais visitados.

O conceito de ecoturismo mais difundido e adotado pela área governamental e pelos órgãos oficiais de turismo e meio ambiente no Brasil, foi incorporado a partir dos conceitos adotados pelas organizações, entidades e personalidades das áreas ambientalista e conservacionista, conforme observa Pires (2002, p. 150). Dentre alguns destes, destaca-se o conceito desenvolvido por Héctor Ceballos-Lascuráin, e adotado pelo Programa de Ecoturismo da União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN (1993 apud PIRES, 2002, p. 145):

Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir – e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais.

Esta definição vem sendo apresentada sob os mais diferentes olhares, sendo o ecoturismo visto como uma opção de turismo alternativa, porém, constitui-se um rótulo que tomou conta do mercado turístico. Como bem esclarece Pires (2002, p.80) “A viabilização desse desejado turismo alternativo passa a ser concebida a partir de pressupostos que o diferenciaram do turismo convencional de massas”. Nesse sentido, o ecoturismo vislumbra algumas características que se coadunam ao tipo de turismo denominado alternativo. Entre elas, estão: (1) a proteção do ambiente e das paisagens naturais; (2) o respeito e a valorização das comunidades locais, enfatizando a geração de benefícios econômicos e sociais para as mesmas; (3) a realização de experiências turísticas multisensoriais enriquecedoras da condição humana.

Conforme verificaram Wearing e Neil (2001, p. 9) ‘o ecoturismo implica um foco sobre a natureza como motivação principal da viagem, para maior conhecimento e consciência da natureza’. Por outro lado, pelo fato de ser freqüentemente dirigido a lugares muito especiais, que têm capacidade limitada de suportar pressões (lugares ecologicamente

frágeis), o risco do ecoturismo causar impactos negativos é grande. ‘Se não for planejado, o ecoturismo pode gerar mais impactos do que qualquer outro segmento do turismo’ (KINKER 2002, p. 25).

Percebe-se que a maioria dos conceitos adotados tem uma preocupação com relação aos princípios de sustentabilidade e/ou conservação do meio ambiente, seja ele natural ou cultural, de conscientização ambiental, tanto do turista quanto da comunidade local com relação à responsabilidade de uso e à promoção do bem estar das populações.

Esclarece-se, portanto que o ecoturismo tratado neste trabalho não deve ser considerado apenas um termo utilizado para satisfazer uma nova modalidade de turismo que utiliza a natureza como palco para realização de atividades de lazer. Representa, acima de tudo, um conceito orientador para a viabilidade desta atividade que tem alcançado um enorme crescimento a partir das últimas décadas do século XX. Conforme caracteriza Pires (2002, p. 139):

Não deixando de enfocá-lo como uma opção turística e, assim, caracterizar as motivações por ele despertadas e as atividades em nome dele desenvolvidas, trata-se, porém, de desprender o ecoturismo de sua circunscrição meramente tipológica no contexto turístico e conferir-lhe a devida dimensão de fator de agregação de interesses múltiplos – entre os mais ambiciosos, o de apresentar-se como alternativa para um desenvolvimento com características conservacionistas.

A partir dos interesses múltiplos atribuídos na formação de conceitos e princípios do ecoturismo, fica claro o seu papel educativo – considerado um aspecto importante que o diferencia do turismo convencional de massa - juntamente com a promoção da sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica, e a participação ativa da comunidade local. Conforme verificou Wearing e Neil (2001) o ecoturismo pode contribuir positivamente para a conservação da área ou da comunidade anfitriã, desde que seja implantado rigorosamente por meio de um sistema eficiente de controles de operação e planejamento.

Planejamento e gestão para fortalecer a relação entre turismo e comunidades locais

O uso público das áreas naturais protegidas para a prática das atividades de ecoturismo e de interpretação ambiental tem objetivos claros. Conforme observam Fukahori e Soliani (2003, p.71): ‘o uso público que inclua a interpretação ambiental e a visita a trilhas, tem como objetivo sensibilizar os visitantes em relação à importância de uma unidade de conservação,

proporcionando através da vivência prática, maior conhecimento sobre os processos da natureza’.

No caso Aparauá, esse uso turístico está condicionado às determinações dos proprietários do empreendimento. Estes têm incentivado o envolvimento da comunidade do entorno da propriedade, como uma forma de auxiliar na conservação da área ao mesmo tempo em que pode promover o desenvolvimento do local. Aqui cabe esclarecer como a relação entre turismo e comunidades locais vêm sendo sugerida pelas entidades nacionais e internacionais que estudam e desenvolvem projetos relacionados ao ecoturismo.

A Sociedade Internacional de Ecoturismo (The Ecotourism Society) em conjunto com a WWF publicaram em 1993, as diretrizes para diagnóstico e planejamento do ecoturismo direcionado aos administradores de unidades de conservação (LINDBERG; HAWKINS, 2001). Especificamente na categoria de parques, este documento tenta dar subsídios para uma boa administração destas áreas, na qual contemple a administração de recursos financeiros, de pessoal e das atividades desenvolvidas no interior e/ou no entorno dos parques pela população local e principalmente estabelecer a relação entre estes aspectos que as cercam e o turismo.

Conforme descreveu Lindberg e Hawkins (2001), a proposta é que seja avaliado que tipo de turismo é o melhor para cada área, para que se crie uma estratégia servindo de guia para a gestão e administração dessas áreas. A partir dessa avaliação, o gerenciamento implica na promoção ou limitação do turismo em determinada área para que a atividade aconteça de forma organizada, como propõe o processo de planejamento.

Neste documento, portanto, a proposta da criação da estratégia de desenvolvimento e gestão do ecoturismo, é sugerida em três fases:

- I. Avaliar a situação atual – trata-se de uma análise do ambiente interno e externo do local de estudo a fim de se conhecer melhor os limites e arredores do local;
- II. Determinar o nível de turismo desejado e criar um plano – nesta fase devem ser observados os objetivos do turismo desejado que aconteça na área, e a partir de então se sugere a criação de um plano de ação que estabeleça os passos necessários para se obter o nível de turismo desejável;
- III. Escrever um documento sobre a estratégia ecoturística – dessa forma, as informações reunidas servirão de fontes para captação de recursos e poderá se tornar o plano ecoturístico oficial da área contribuindo para um direcionamento das ações em favor do desenvolvimento sustentável da atividade.

Porém, é importante considerar que esta proposta serve apenas como modelo a ser adaptado de acordo com a realidade de cada parque, no qual o ecoturismo está presente, de forma que se faz necessário sofrer algumas modificações diante da diversidade de objetivos de cada área e, principalmente, a partir da vontade e realidade de cada contexto social.

Dessa forma, entende-se que o ecoturismo enquanto praticado em áreas que não estão legalmente protegidas e, enquanto planejado e gerido responsavelmente pelos administradores destas áreas em conjunto com a comunidade local, pode beneficiar a conservação do meio ambiente, assim como as próprias comunidades e desta forma, contribuir para que seus objetivos e princípios sejam satisfeitos.

Participação da comunidade para gerar o desenvolvimento local e regional

Sobre a participação da comunidade local ou do entorno das áreas naturais para gerar o desenvolvimento local e regional, deve-se considerar inicialmente o respeito às suas origens e aos seus hábitos culturais, bem como as formas com que essas comunidades são convidadas a participar das atividades desenvolvidas nessas áreas. Como já foi comentado, o ecoturismo vem sendo apresentado como uma das atividades que pode proporcionar esses direcionamentos e, portanto, contribuir com esse desenvolvimento local e regional.

Nesse sentido, Wearing e Neil (2001, p.122) destacam diversos benefícios do ecoturismo, quanto à receita gerada para a região, quanto à preservação da infra-estrutura social e à conservação ambiental, tais como: (1) demanda crescente por acomodações, restaurantes e bares e, portanto maior viabilidade para se estabelecer novos estabelecimentos; (2) receita adicional para o comércio varejista local e outros serviços; (3) mercado maior para produtos locais, sustentando assim, usos e costumes tradicionais; (4) emprego de mão-de-obra local, qualificada ou não (guias de ecoturismo, garçons, ajudantes de vendas); (5) fonte de financiamento para proteção e melhoria/manutenção das atrações naturais e dos símbolos de patrimônio cultural; (6) elevação da consciência da comunidade a respeito do valor da cultura local e do ambiente natural.

Diante desses benefícios se observa também uma dificuldade de se estabelecer as prioridades que cada comunidade deseja desenvolver. Para isso, sugere-se que os gestores das áreas protegidas, assim como os administradores de áreas naturais privadas, como é o caso do

Aparauá, estejam atentos a essas prioridades e tentem elaborar planos de desenvolvimento em conjunto com essas comunidades.

Alinhado a esse pensamento se apresenta a idéia de Clark e Banford (apud WEARING; NEIL, 2001, p.132) sobre o ideal de planejamento do desenvolvimento do ecoturismo dizendo que ‘não há razão pela qual os países ou comunidades não devam decidir que tipo de turismo estão dispostos a aceitar e pela qual não imponha limites ao grau de mudança que estão dispostos a tolerar’.

O Aparauá Eco Aventura

Com 40 hectares de mata atlântica destinados a visitação¹, a ‘reserva ambiental’² Aparauá, que funciona desde 2004, está inserida nas terras do Engenho Massaranduba do Norte, município de Goiana, a 70 km de Recife, no litoral Norte de Pernambuco.

Com uma beleza cênica de grande atratividade, o lugar apresenta seis nascentes que formam um açude natural; e no remanescente de mata podem ser encontrados animais como a paca, a capivara o teju e a preguiça, além de 70 espécies de pássaros catalogados pelo grupo de Observadores de Aves de Pernambuco – OAP. A infra-estrutura do lugar inclui estacionamento, restaurante/ lanchonete, banheiros, redes de descanso e parque infantil.

O principal produto oferecido é o contato com a natureza, o qual se subdivide em uma série de atividades relacionadas com o tema, tal como as proprietárias as definem, a exemplo do turismo ecológico, do turismo de aventura e do ecoturismo; bem como de atividades pedagógicas, empresariais e para a terceira idade, dentre outras. Assim, no material de divulgação do lugar constam trilhas ecológicas, passeios de barco, treinamento empresarial, oficina de artesanato e educação ambiental.

O local possui o apoio de três funcionários e o serviço de guia nas trilhas é feito com os trabalhadores do próprio engenho ou por pessoas da comunidade, dependendo da demanda. Além disso, no quadro de apoio está uma bióloga, que trabalha em regime de diárias.

O público que visita a área é constituído principalmente de escolas voltadas para o turismo pedagógico e de empresas que buscam realizar atividades de integração e treinamento de seu quadro de funcionários. Mas, segundo uma das proprietárias entrevistadas, a senhora Elma Petribú, o público-alvo seria formado por todo aquele interessado pelo contato direto com natureza.

A média de visitação, ou os aspectos sócio-econômicos dos visitantes, entretanto não foram disponibilizados. Segundo a senhora Elma, o monitoramento de informações dos usuários foi paralisado há algum tempo, mas será retomado em breve.

A divulgação da reserva é feita por meio de contatos diretos com empresas, através de participação em eventos como feiras de turismo, além da distribuição de *folders* e a manutenção de um espaço na internet³.

A relação com a comunidade do entorno

O Aparauá está situado na Zona Rural do município de Goiana, e no seu entorno há algumas comunidades (distritos) formadas por descendentes de índios e de ex-escravos, e que apresentam uma série de necessidades relacionadas à infra-estrutura, à educação/ capacitação e à oferta de emprego.

As carências acima são apontadas como um dos motivos para que parte dos moradores utilizem as matas do engenho, que é aberta á comunidade para a retirada de ervas e plantas medicinais, com o intuito de caçar e derrubar árvores para a fabricação de lenha seca.

A utilização irregular dos recursos naturais é o principal alvo dos proprietários, que além da proibição dessas atividades têm realizado uma política de envolvimento visando a um desenvolvimento integrado entre seu empreendimento e a comunidade. Segundo a senhora Elma Petribú, a justificativa para isso é que não é possível crescer de forma isolada, e quando todos participam dos benefícios, o crescimento pode ser maior. Mas os resultados dessas ações são esperados a longo prazo, pois na opinião de Luciana Petribú: “é difícil mudar hábitos há muito praticados”.

O distrito de São Lourenço é o mais próximo do Aparauá, e seu envolvimento nos benefícios do turismo é de grande interesse pelos proprietários da reserva. Nesse sentido, procura-se manter uma relação próxima com a comunidade, que é convidada a participar de capacitações promovidas no local através de parcerias desenvolvidas com outras instituições, a exemplo do SENAI. Além disso, são promovidos cursos como o de produção de artesanato e de educação ambiental. O critério de participação nesses eventos, segundo Luciana Petribú, é exclusivamente a vontade de participar.

A relação com a comunidade inclui ainda uma política de contratação, na qual os funcionários são escolhidos da própria localidade. Do mesmo modo, a compra de material,

incluindo gêneros alimentícios é realizada com comerciantes locais. Procura-se também incentivar essa postura em outros empreendimentos turísticos da região.

Apesar das mudanças comportamentais ainda serem pequenas com relação à conservação do remanescente de mata, na opinião de Luciana Petribú, a relação estabelecida se faz necessária, pois “sem existir integração não existirá desenvolvimento integrado e sustentável do turismo na região”.

Embora seja difícil comparar a situação entre unidades de conservação distintas ou entre estas e áreas não instituídas pelo SNUC; é possível fazer uma pequena comparação dos resultados apresentados acima com o estudo de Costa (2002), que abordou, dentre outros aspectos, os impactos sócio-econômicos referentes à criação pela Fundação O Boticário da RPPN Salto Morato – PR. Segundo ela, a relação estabelecida com a comunidade e as campanhas de sensibilização ambiental foram decisivas para o crescimento regional e a conservação do ambiente.

É importante frisar que não há, em nenhum dos casos, os problemas referentes à posse de terra, e que isso facilita o processo de integração. Entretanto, essa compatibilidade só é possível devido ao fato de, com poucas ressalvas, nas duas áreas comparadas os objetivos de conservação e desenvolvimento foram estendidos à comunidade do entorno.

Considerações finais

Neste trabalho destacou-se a importância do maior envolvimento das comunidades do entorno das áreas naturais para auxiliar na conservação ambiental dessas áreas e o desenvolvimento local e regional. Utilizando-se do estudo de caso do empreendimento Aparauá eco aventura, se verificou que apesar de não ser uma área legalmente protegida e, portanto, não ter qualquer obrigação legal em cumprir esses objetivos, os proprietários vem desenvolvendo atividades que buscam esses ideais.

Como destacado por uma das proprietárias o Aparauá “foi aberta em 2004 buscando mais uma alternativa de renda para a propriedade e para a região. Além de proteger a natureza, tentamos proteger o sentimento do vínculo das pessoas com a terra que nasceram, valorizamos a história e a identidade local (cultura) da comunidade. Desenvolver com sustentabilidade o turismo na região além de contribuir com a mudança econômica e social do local, ajuda manter o eixo familiar”.

Assim, mesmo sendo um estudo de caso isolado e preliminar, pode-se constatar que o respeito às comunidades locais, seus hábitos e costumes e o desenvolvimento de atividades que as proporcionem um envolvimento mais próximo com o turismo praticado no Aparauá, este constitui um exemplo a ser seguido. Ações simples e, ao mesmo tempo adequadas para o local, fazem com que se obtenham resultados positivos a partir da relação entre turismo em áreas naturais, comunidades do entorno e desenvolvimento local.

Referências

BRASIL. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em 27/02/2007.

_____. Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002. **Regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em 27/02/2007.

COSTA, Patrícia Cortês. **Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002. Série Turismo.

FUKAHORI, Shigueko Terezinha Ishiy; SOLIANI, Patrícia Maria. Educação Ambiental. In: **A Natureza no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: FATMA, 2003.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção Turismo).

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

MEIRELLES FILHO, João. Ecoturismo e Amazônia: biodiversidade, etnodiversidade e diversidade cultural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005. p. 555 – 566.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. (coleção turismo)

SOARES, M.C.C. *et al* (coord.). **Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCs de proteção integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 2001.

Notas

¹ Nas terras do Engenho Massaranduba do Norte, 100 hectares foram destinadas a conservação de mata atlântica, dos quais 40% constituem o Aparauá Eco Aventura, sendo utilizados para a visitação.

² O nome 'reserva ambiental' não faz parte das categorias listadas pelo SNUC, e foi assim definida pelos proprietários apenas para designar o domínio do Aparauá, e contextualizá-lo enquanto área conservada.

³ <<http://www.aparaua.com.br>>.